

**CONCURSO PÚBLICO N.º ADENE\_CPI\_004\_2025\_USTI**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSCRIÇÃO DE LICENCIAMENTO SOFTWARE MICROSOFT E  
BOLSA DE HORAS DE SUPORTE**

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

ARTIGO 132.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

(APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO)

**2025**

## Artigo 1.º

### **Identificação e objeto do Concurso**

O presente procedimento segue a tramitação de concurso público com publicidade internacional, tendo por objeto a *aquisição de serviços de subscrição de licenciamento software Microsoft e bolsa de horas de suporte*.

## Artigo 2.º

### **Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é a ADENE – Agência para a Energia, com sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 208, 2.º, em Lisboa, pessoa coletiva n.º 501618392 (doravante referida como “ADENE”).

## Artigo 3.º

### **Decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da ADENE, ao abrigo do disposto no artigo 36.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado “CCP”), por deliberação de 27 de maio de 2025.

## Artigo 4.º

### **Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas, para consulta e *download*, na plataforma eletrónica *AcinGov*, com o endereço <https://www.acingov.pt> (doravante, a “plataforma eletrónica”) a partir da data de publicação do respetivo anúncio no *Diário da República* e no *Jornal Oficial da União Europeia (JOUE)*.

## Artigo 5.º

### **Concorrentes**

Podem participar como concorrentes no presente procedimento quaisquer entidades, pessoas singulares ou coletivas, que não se encontrem em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

## Artigo 6.º

### **Agrupamentos**

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação é aplicável o disposto no artigo 22.º deste Programa.

## Artigo 7.º

### **Júri**

1. A entidade que conduz o procedimento é um Júri composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e quatro suplentes, designados pelo Conselho de Administração da ADENE, entrando em funções no primeiro dia útil após envio do anúncio do concurso para publicação.
2. Quando seja apresentada apenas uma proposta, o Júri pode ser dispensado, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 67.º do CCP.
3. As deliberações do Júri são aprovadas por maioria dos votos e são sempre fundamentadas, não sendo admitida a abstenção.
4. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, deve mencionar-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão nela fazer exarar as razões da sua discordância.
5. O Júri pode designar um secretário de entre os trabalhadores da ADENE.

6. O Júri pode, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração da ADENE, ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades tenham direito a voto.
7. Com exceção da decisão de adjudicação e do previsto nos n.ºs 2 (segunda parte) e 3 do artigo 8.º do presente Programa, compete ao Júri praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, a análise e avaliação das propostas, a elaboração dos respetivos relatórios de análise e a realização da audiência prévia dos concorrentes.

#### Artigo 8.º

##### **Esclarecimentos, erros e omissões e retificações**

1. Até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, podem os interessados, através da plataforma eletrónica, solicitar ao Júri do Procedimento esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e apresentar ao Conselho de Administração da ADENE uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do Caderno de Encargos, por si detetados.
2. O(s) esclarecimento(s) solicitado(s) deve(m) ser prestado(s) pelo Júri do Procedimento e o Conselho de Administração da ADENE deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O Conselho de Administração da ADENE pode também, por iniciativa própria, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e nos prazos previstos no n.º 2.
4. O(s) esclarecimento(s), a(s) resposta(s) à(s) lista(s) de erros e omissões, bem como as retificações, são disponibilizadas na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.

5. Os esclarecimentos, as respostas às listas de erros e omissões e as retificações apresentados passam a fazer parte integrante dos documentos do presente procedimento e prevalecem sobre estes em caso de divergência.
6. Havendo lugar à prorrogação do prazo de apresentação de propostas, a mesma aproveita a todos os interessados.

#### Artigo 9.º

##### **Prazo para a apresentação das propostas**

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica até às 23:59 horas do **33.º dia** a contar da data de envio do anúncio para o *Diário da República* e para o *JOUE*.

#### Artigo 10.º

##### **Documentos da proposta**

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos, a cujo teor o concorrente se vincula, sob pena de exclusão da mesma:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública ("DEUCP"), aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, preenchido através do endereço eletrónico <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt;>
  - b) Documento "Lista de Preços Unitários e Total", elaborado em conformidade com o modelo que constitui o **Anexo I** ao presente Programa do Procedimento, expresso em euros, com os respetivos valores em algarismos, e sem IVA, estando incluídos no preço total da proposta todas as despesas e encargos associados à execução do contrato.
2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis à explicitação dos atributos da proposta ou dos termos e condições da mesma, de acordo com os quais se dispõe a contratar.
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, todos os documentos referidos nos n.ºs 1 e 2 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta

os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

4. No caso de o concorrente revestir a forma de agrupamento devem ainda ser apresentados os seguintes documentos:
  - a) Declaração em que se especifique a composição do agrupamento, com indicação da percentagem de participação de cada entidade;
  - b) No caso de designação de um representante comum do agrupamento para praticar todos os atos no âmbito do presente procedimento, os instrumentos de mandato devidamente emitidos por cada um dos seus membros;
  - c) Declaração de cada membro (pessoa singular ou coletiva) do agrupamento, sob compromisso de honra, pela qual se obriga a, em caso de adjudicação e antes da celebração do contrato, assumir a forma de consórcio externo com os demais membros, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
5. Os documentos que constituem a proposta, devem ser redigidos em língua portuguesa.
6. Nos casos em que o certificado utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter na plataforma eletrónica documento indicando o poder de representação, designadamente a certidão permanente do registo comercial ou código de acesso de onde resulte a referida relação e/ou procuração conferindo os poderes necessários.

#### Artigo 11.º

#### **Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

## Artigo 12.º

### **Modo de apresentação das propostas**

Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica a que alude o Artigo 4.º devendo os concorrentes observar o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e demais legislação aplicável.

## Artigo 13.º

### **Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

1. No dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica, aplicando-se o disposto no artigo 138.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.

## Artigo 14.º

### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## Artigo 15.º

### **Critério de adjudicação e critério de desempate**

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, em que o preço é o único aspeto da execução do contrato a celebrar, sendo adjudicada a proposta que apresentar o preço total mais baixo.
2. Havendo empate a proposta a adjudicar é a que apresentar o preço unitário mais baixo para o serviço de subscrição da licença Microsoft AAD-33168 - M365 E5 Unified Sub Per User.
3. Mantendo-se o empate a proposta a adjudicar é selecionada na sequência de sorteio a desenrolar com os interessados, devendo, para o efeito, o Júri do

procedimento comunicar aos interessados, com a antecedência mínima de 3 (três) dias, a data, a hora, modo e o local em que ocorrerá o sorteio, para, querendo, os mesmos nele se fazerem representar, sendo que a não comparência de todos ou de alguns dos concorrentes não constitui fundamento de não realização do sorteio nem de exclusão das respetivas propostas.

#### Artigo 16.º

##### **Leilão eletrónico e fase de negociação das propostas**

Não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação de propostas.

#### Artigo 17.º

##### **Relatório preliminar**

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar de análise e avaliação das propostas (doravante, o “relatório preliminar”), no qual propõe a ordenação das propostas.
2. No relatório preliminar referido no número anterior, o Júri propõe também, fundamentadamente, a exclusão das propostas no caso de se verificar qualquer das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Do relatório preliminar consta ainda a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

#### Artigo 18.º

##### **Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que se pronunciem, por escrito, sobre o mesmo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia.



## Artigo 19.º

### Relatório final

1. Cumprido o disposto no Artigo 18.º anterior, o Júri elabora um relatório final de análise e avaliação das propostas (doravante, o “relatório final”) fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de quaisquer motivos de exclusão.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no Artigo 18.º anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final de avaliação das propostas, juntamente com os demais documentos que compõem o processo do concurso, é enviado pelo Júri ao Conselho de Administração da ADENE, na qualidade de órgão competente para a decisão de contratar, para efeitos de adjudicação.

## Artigo 20.º

### Adjudicação

1. A adjudicação será efetuada à proposta que venha a ser ordenada em primeiro lugar e é notificada pela entidade adjudicante, em simultâneo, a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo seguinte;
  - b) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato, quando o contrato for reduzido a escrito;
  - c) Confirmar os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, se aplicável.

## Artigo 21.º

### Habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação, previstos no n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, no prazo fixado no n.º 2 do artigo anterior, sendo observado o disposto na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro:
  - a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos e que constitui o **Anexo II** ao presente Programa do Procedimento;
  - b) Documento comprovativo de situação contributiva regularizada junto da Segurança Social;
  - c) Declaração comprovativa de situação tributária regularizada;
  - d) Certificado do Registo Criminal da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
  - e) Certidão Permanente de Registo Comercial, quando aplicável.
  - f) Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), em conformidade com a Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto na sua redação atual.
2. A apresentação dos documentos de habilitação pode ser substituída por indicação do endereço do sítio na *Internet* onde aqueles documentos possam ser consultados, bem como da informação necessária à respetiva consulta, nos casos e nos termos previstos no n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no n.º 1 deste artigo devem ser apresentados por todos os seus membros.
4. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao Conselho de Administração da ADENE, por um período não superior a 5 (cinco) dias.
5. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do

disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido um prazo não superior a 5 (cinto) dias (úteis) para a respetiva supressão integral.

6. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
7. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, o adjudicatário deve fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

#### Artigo 22.º

##### **Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário**

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por um agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária das empresas agrupadas, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
2. Os membros do agrupamento devem igualmente subscrever declarações de nomeação de chefe de consórcio, ao qual conferirão os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da ADENE, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.
3. O título constitutivo da modalidade de associação dos membros do agrupamento adjudicatário previsto no n.º 1 e as declarações referidas no número anterior devem ser apresentadas pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo anterior e no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da notificação da decisão de adjudicação.

#### Artigo 23.º

##### **Caução**

Não é exigida a prestação de caução, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

#### Artigo 24.º

##### **Aprovação e notificação da minuta do contrato**

1. A minuta do contrato é aprovada pelo Conselho de Administração da ADENE, em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Em caso de adjudicação, a minuta do contrato é notificada ao adjudicatário pelo Conselho de Administração da ADENE, assinalando expressamente os eventuais ajustamentos propostos nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, podendo o(s) adjudicatário pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de 5 (cinco) dias (úteis).

#### Artigo 25.º

##### **Contagem dos prazos**

À contagem de prazos relativos ao presente procedimento é aplicável o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 470.º do CCP.

#### Artigo 26.º

##### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto neste Programa do Procedimento aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos.

##### **ANEXOS:**

ANEXO I: MODELO DE LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAL;

ANEXO II: MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ANEXO II DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS).

##### **JUNTA: CADERNO DE ENCARGOS**

## **ANEXO I**

### **MODELO DE LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAL**

[disponível em formato *excel*/ na plataforma]

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1. [•] (*nome, número de documento de identificação e morada*), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> [•] (*firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes*), adjudicatário(a) no procedimento de Concurso Público tendente à celebração de Contrato de *aquisição de serviços de subscrição de licenciamento software Microsoft e bolsa de horas de suporte* (ADENE\_CPi\_004\_2025\_USTI), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[•] (local), [•] (data), [•] [assinatura <sup>(5)</sup>]

---

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>3</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>4</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>5</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.